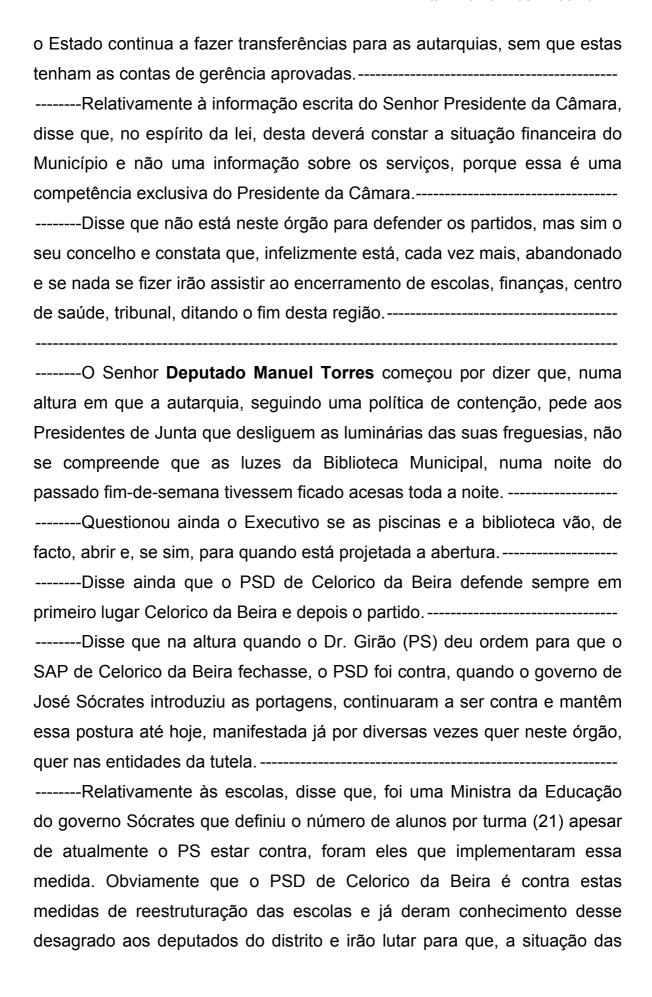
ATA N.° 3/2014
Aos 27 dias do mês de junho de 2014, pelas 20:30h, no Salão Nobre
dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a
Assembleia Municipal, sob a presidência da Senhora Presidente da
Assembleia Municipal, Ana Isabel Lucas Cabral Janelas
Efetuada a chamada compareceram a esta sessão os seguintes
membros:
Carlos Alberto Faria de Almeida;
José Albano Pereira Marques;
João Paulo Monteiro Antunes;
Isabel Maria dos Santos Flor de Sousa;
Joaquim Lopes de Abreu;
Flávio Manuel Granjal de Sá;
Filipe Miguel Rosa Guerra;
Paulo Jorge Pinto da Silva Patrocínio;
Maria Silvina Achando da Cruz Santos;
António Carlos do Nascimento Marques;
Manuel Matos Torres;
Hélder Achando Costa;
Luís Filipe Pinheiro da Costa;
António dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal;
Júlio Cruz, Presidente da Junta de Freguesia de Casas de Soeiro;
Bruno Alexandre Castro de Almeida, Presidente da Junta de
Freguesia de Fornotelheiro;
Isabel Maria Lopes Rodrigues, Secretária da Junta de Freguesia de
Lageosa do Mondego, em substituição do Senhor António Manuel Pinto
Patrício;
Luís Bernardo Pina Mimoso, Presidente da Junta de Freguesia de
Linhares da Beira;
André Diogo de Jesus Correia, Presidente da Junta de Freguesia de
Macal do Chão:

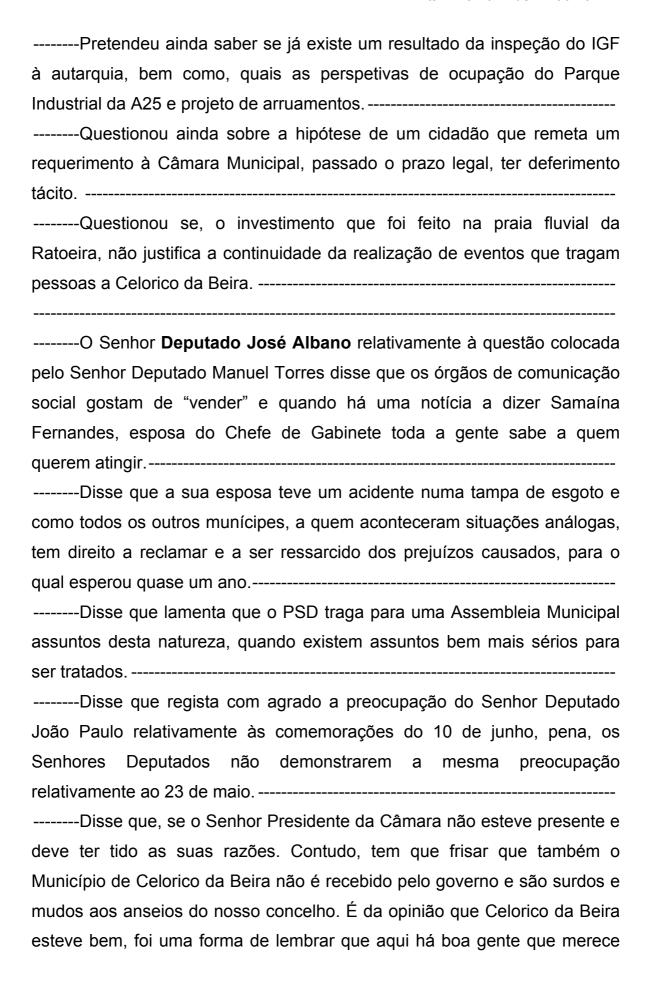
António Joaquim Fernandes Gomes, Presidente da Junta o	de
Freguesia de Mesquitela;	
José Francisco Gomes, Presidente da Junta de Freguesia d	эb
Minhocal;	
Porfírio Miguel da Fonseca Galante, Presidente da Junta d	эb
Freguesia de Prados;	
Natália Batista Nobre, Presidente da Junta de Freguesia de Ratoeira	ì ;
Aires Manuel Silva Relvas, Presidente da Junta de Freguesia de Va	ıle
de Azares;	
Marco Paulo de Andrade Rodrigues, Presidente da União d	de
Freguesias de Açores e Velosa;	
Teresa Susana Ferreira Tente, Presidente da União de Freguesias o	de
Cortiçô da Serra, Vide-entre-Vinhas e Salgueirais;	
António da Fonseca Ascensão, Presidente da União de Freguesia o	de
Rapa e Cadafaz;	
Célia Maria Cerejo Lopes dos Santos, Tesoureira da União d	de
Freguesias de Celorico (São Pedro e Santa Maria) e Vila Boa do Mondeg	Ю,
em substituição do Senhor José Rocha Gonçalves	
Faltaram a esta sessão e justificaram atempadamente a su	
ausência, os seguintes membros:	
António Manuel dos Reis Álvaro;	
Alexandra Isabel Henriques Sena	
Faltaram a esta sessão e não justificaram atempadamente a su	
ausência, os seguintes membros:	
Ana Isabel Lopes Correia;	
Davide Lopes Pereira, Presidente da Junta de Freguesia d	
Carrapichana	

Estiveram presentes nesta sessao, o Sennor Vice-Presidente da
Câmara, José Luís Saúde Cabral, a Senhora Vereadora Maria do Céu
Neves Martins Louro e o Senhor Vereador Manuel António de Almeida
Portugal
Em virtude do primeiro e segundo Secretários da Mesa da
Assembleia Municipal, Senhor Deputado António Manuel dos Reis Álvaro e
Senhora Deputada Alexandra Isabel Henriques Sena, terem faltado a esta
sessão, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia solicitou que cada
bancada indicasse um elemento para integrar a Mesa
Verificada a existência de quórum para funcionamento da Assembleia
Municipal, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, secretariada
pelos Senhores Deputados, José Albano Pereira Marques e Joaquim Lopes
de Abreu, na qualidade de primeiro e segundo secretários respectivamente
declarou aberta a sessão
ANTES DA ORDEM DO DIA
De acordo com o disposto no art.º 22.º, do Regimento da Assembleia
Municipal, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia procedeu à
abertura de um período de antes da ordem do dia, destinado ao tratamento
de assuntos gerais de interesse para o Município
O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fornotelheiro
começou por dizer que a Junta é contra o encerramento das escolas e não
dá o encerramento de duas escolas em Fornotelheiro como definitivo, irão
lutar para inverter esta situação
Considera lamentável que se fechem escolas com vinte alunos
quando há outras com menos e continuam abertas
Disse que foram chamados para uma reunião na autarquia, onde
estavam presentes os Presidentes de Junta e o Senhor Vice-Presidente

para serem informados de que as escolas irlam ser encerradas. Lamenta
que nunca tenham sido ouvidos neste processo e pretendeu saber quais os
argumentos que o Executivo evocou para que as escolas de Fornotelheiro
não fechassem. Referiu que para além de todos os que possam ter sido
evocados existe um, que, na sua opinião, tem um peso considerável, que se
prende com o facto de existir uma unidade fabril na freguesia, com 250
trabalhadoras, que deixam os seus filhos nessas escolas
Reiterou que estão dispostos a lutar contra esta situação e apelou à
união de todos em defesa dos interesses dos munícipes de Fornotelheiro
Pretendeu ainda ser esclarecido se o Executivo tem a intenção, ou
não, de executar o alargamento do cemitério de Celorico Gare. Referiu que
esta infraestrutura não tem as mínimas condições e convidou o Executivo a
visitar o local para constatarem a gravidade da situação. Disse que em
2009, antes das eleições, colocaram máquinas no local e depois não
avançaram. Referiu que, a Junta de Freguesia, se a autarquia não quiser
fazer as obras, avançará, porque andar a adiar o problema até às próximas
eleições, não é certamente uma solução viável
A Senhora Deputada Isabel Flor disse que tem conhecimento de
que alguns concelhos estão a pensar agir judicialmente, contra o
encerramento das escolas e pretendeu saber quais as medidas que o
Executivo adotou ou pretende adotar
O Senhor Deputado Carlos Faria de Almeida disse que não
percebe porque foi realizada uma reunião da Comissão Permanente
quando a agenda da Assembleia Municipal já estava decidida.
Fez um reparo ao Executivo para que tragam os assuntos que
solicitou para serem agendados.
Disse que esta autarquia não tem as contas homologadas pelo
Tribunal de Contas desde 2010 e obviamente não deveriam ser
apresentadas para serem votadas. Disse que não compreende como é que

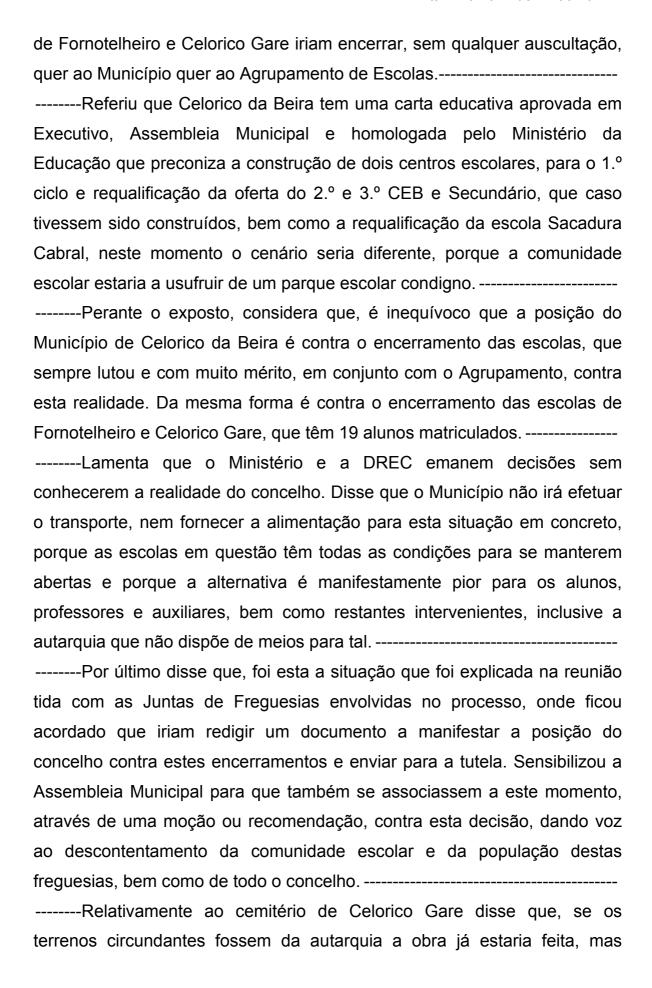


escolas de Fornotelheiro seja analisada, mas também estão solidários com
todas as outras
Pretendeu ainda saber porque é que, à semelhança dos concelhos
vizinhos, Celorico da Beira não conseguiu manter o número de escolas a
encerrar, já que inicialmente eram três e depois passaram para cinco
Por último, pretendeu ainda saber o que é que aconteceu com as
viaturas da D. Samaína e do Sr. Germano e como é que se processam
estas situações
O Senhor Deputado João Paulo Antunes começou por manifestar o
seu desagrado pelo facto de, o Senhor Presidente da Câmara Municipal,
nem ninguém em sua representação, não ter participado nas
comemorações do 10 de junho, que decorreram na cidade da Guarda
Manifestou total solidariedade com o Senhor Presidente da Junta de
Fornotelheiro, referindo que é da opinião que o processo parece ter sido
mal conduzido
Manifestou ainda agrado pelo facto de as máquinas terem chegado
finalmente à freguesia de Açores/Velosa, para a limpeza dos caminhos
rurais
O Senhor Deputado Joaquim Abreu apresentou uma
recomendação, que se transcreve:
"Ex.ma Senhora Presidente da Assembleia Municipal
A bancada da coligação PPD-PSD/CDS-PP na perspetiva da
rentabilidade, eficiência e uniformidade de serviço, recomenda que os
meios existentes, nomeadamente as máquinas utilizadas na reparação de
caminhos, laborem anualmente mediante itinerário definido de caminhos
agrícolas prioritários em todas as freguesias. Esse itinerário deverá ser
elaborado pelos serviços técnicos com a colaboração dos Srs Presidentes
de Junta, salvaguardando-se a deslocação dos mesmos em caso de
necessidade de intervenção urgente."



que olhem por eles. Foi um voto de silêncio ao governo pela forma como
está a tratar este concelho e todo o Interior
Relativamente à questão do Dr. Fernando Girão, disse que,
conseguiu trazer para o Concelho de Celorico da Beira dois postos
médicos, um para a Lageosa e outro para a Carrapichana, que se
encontram devidamente apetrechados, mas que infelizmente estão
encerrados por vontade deste governo. Levantou a questão sobre qual foi o
governo que encerrou o SAP em Celorico da Beira e que não traz médicos
para o Interior
Por último disse que, o PSD teve coragem para fazer tudo, mas não
teve coragem para diminuir o número de alunos das escolas a encerrar
O Senhor Deputado Manuel Torres relativamente à questão do
acidente com o automóvel da D. Samaína disse que, apenas pretendeu
saber qual o procedimento adotado pela autarquia para este tipo de
situações
Questionou o Executivo sobre o porquê de o cinema estar encerrado.
A Senhora Deputada Silvina Santos disse que a comparação feita
pelo Senhor Deputado José Albano, relativamente às comemorações do 10
de junho e 23 de maio, foi muito infeliz. Reiterou que na altura tinha tido o
cuidado de justificar o porquê de não poder estar presente nas
comemorações do Feriado Municipal, que se prendia sobretudo pelo facto
de não trabalhar no concelho, à semelhança de muitos outros deputados
O Senhor Deputado Joaquim Abreu disse que até à data tinha
tentado não faltar às comemorações do Concelho, promovidas pelo
Município e a sua presença é em representação da bancada do PSD
Sobre as críticas ao governo, é da opinião de que seja qual for o
governo esta política continuará, porque infelizmente, não existe grande
margem de manobra para fazer diferente

-----De acordo com o disposto no n.º 7, do art.º 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal, usou da palavra o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos solicitados pelos Senhores Deputados.-----______ -----O Senhor Vice-Presidente da Câmara começou por cumprimentar os presentes e informou que estava a substituir o Senhor Presidente da Câmara, que por motivos pessoais não pode estar presente. ----------Disse que lamenta que, a maioria das questões colocadas pelos Senhores Deputados, já tenham sido objeto de discussão, análise e algumas, até de deliberação. -----------Relativamente à questão do encerramento das escolas ficou surpreendido com a intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fornotelheiro, uma vez que, em reunião tida na autarquia com o Agrupamento de Escolas, Juntas de Freguesia envolvidas e Executivo, ficou acordado que iriam contestar a decisão de encerramento das escolas de Fornotelheiro e Celorico Gare. ----------Disse que a autarquia e restantes parceiros estão de acordo relativamente a esta questão, ou seja, contra o encerramento destas escolas, porque esta decisão foi tomada pela tutela sem qualquer auscultação dos intervenientes e fora do acordo inicial, que anuía em encerrar a escola da Ratoeira e Jardim de Infância de Celorico Gare, pela previsão do número de alunos matriculados para 2014/2015.---------Posteriormente apresentaram uma nova situação que se prendia com o encerramento das escolas do 1.º Ciclo de Cortiçô da Serra, Mesquitela e Açores. Perante este novo cenário, a Autarquia reuniu com o Agrupamento e acordaram na proposta apresentada, sendo que, contrapropuseram com a agregação da EB de Cortiçô com Mesquitela, tendo em conta o itinerário de transportes e refeições. No entanto e depois de tudo acordado, a 24/6/2014 foi rececionado na autarquia, um ofício da DGESTE informando que as EB



efetivamente, o processo sofreu alguns percalços, que já estão solucionados e irá ser realizada a escritura para depois se dar início aos trabalhos. Informou que a obra terá que ser executada pela Junta de Freguesia, porque são os donos do terreno. ----------Informou que a Biblioteca Municipal irá abrir assim que for concluído o arruamento, quanto às luzes ligadas, agradece a preocupação do Senhor Deputado Manuel Torres, mas considera que enquanto munícipe deveria ter tido o cuidado de averiguar o motivo. Quanto às Piscinas disse que faltam umas pequenas obras na casa das máquinas, mas assim que os tanques possam ser cheios e feitas as análises da água, abrirão. Disse que não irá ter qualquer tipo de complacência com o Ministério da Educação, porque está fora de questão a tutela pagar 7€/hora pelo uso das piscinas. A autarquia não pode ter um equipamento a funcionar com 100€ despesa e 10€ de receita.----------Quanto ao encerramento do SAP disse que a autarquia tudo fez para contrariar essa decisão, multiplicaram-se em reuniões, em pedidos de audiências e, a decisão, à semelhança de outros dossiers, foi unilateral, a tutela decidiu sem auscultar as populações e seus representantes.----------No que diz respeito às comemorações do 10 de junho, informou que foi endereçado um convite ao Senhor Presidente da Câmara, que por motivos pessoais, não pode comparecer e como é do conhecimento o convite é individual, não podendo fazer-se representar. ----------Quanto ao processo da D. Samaína esclareceu que teve os mesmos procedimentos que todos os outros. ----------Relativamente à alocução do Senhor Deputado Joaquim Abreu disse que depois da sua intervenção ficou à espera que disponibiliza-se um itinerário para o circuito das máguinas, mas ficou pela proposta. Esclareceu que os meios (humanos e materiais) que a autarquia dispõe não são suficientes para realizar as intervenções todas ao mesmo tempo. Informou ainda que o resultado da inspeção do IGF ainda não chegou à autarquia e que o prazo para deferimento tácito está definido na lei.-----

Disse que a autarquia tenta dinamizar os espaços e os equipamentos
de que dispõe, dentro das suas possibilidades, deu como exemplo a
organização da Taça do Mundo de Parapente, que foi parabenizada por
várias entidades intervenientes
Relativamente à questão do cinema disse que, esse assunto já foi
discutido por várias vezes neste órgão, o Centro Cultural continua em
funcionamento, o que deixou de haver, porque não havia procura e os
custos para a autarquia eram elevados, foi a projeção de filmes
Relativamente à temática do encerramento das escolas, a Senhora
Presidente da Mesa da Assembleia, solidarizou-se com a posição do
Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fornotelheiro e manifestou o
seu total desagrado perante a forma como este dossier foi gerido pela
tutela, colocando-se à disposição da autarquia e em concreto da população
de Fornotelheiro, para lutarem contra esta política de encerramentos
De seguida, em representação deste órgão e de comum acordo com
os Deputados Municipais, apresentou a seguinte recomendação, que se
transcreve, relativamente ao encerramento das escolas
"A Assembleia Municipal de Celorico da Beira, em reunião realizada
no dia 27 de junho de 2014, propõe que o encerramento das Escolas do
1.º ciclo, para o concelho de Celorico da Beira e tornado público pelo
Ministério da Educação, seja revogado
Concordando as bancadas do Partido Socialista e da Coligação
PPD/PSD-CDS/PP, que o encerramento das Escolas Básicas do 1.º Ciclo
possa ser elaborado, mediante a proposta apresentada atempadamente ao
Ministério da Educação, onde se acordava o fecho das Escolas de Açores,
Ratoeira e Cortiçô, não concordando esta Assembleia, com o
encerramento das escolas de Fornotelheiro e Celorico Gare, por se
verificar que:
a) O novo ano letivo terá início em infraestruturas com piores
recursos e piores condições para o sucesso escolar;

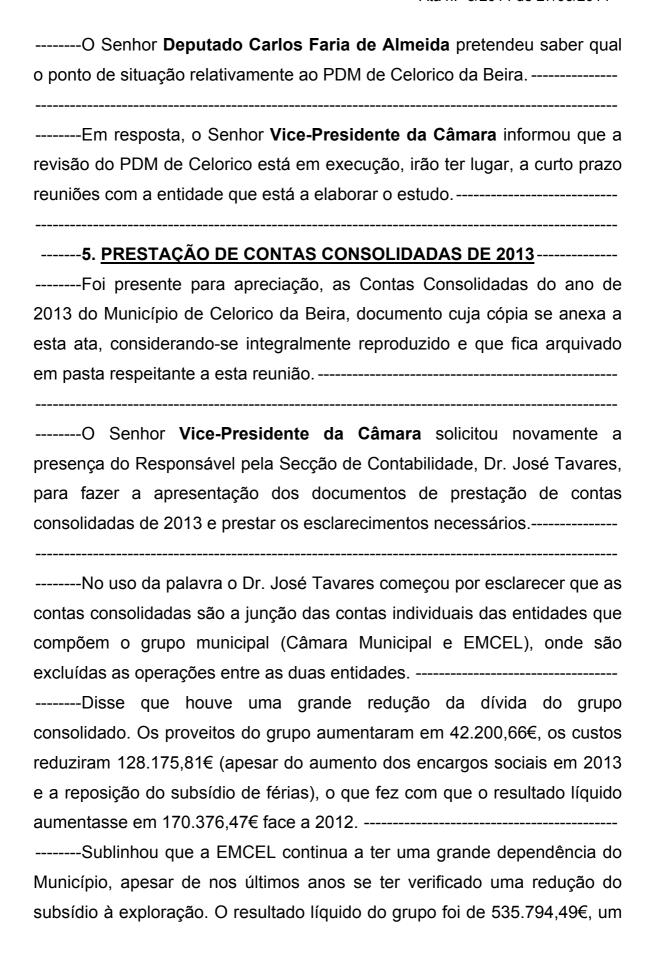
Ministério da Educação, Secretaria de Estado da Educação e DREC
escolas do 1.º Ciclo e dar conhecimento do conteúdo da mesma ao
A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a recomendação apresentada relativamente ao encerramento das
CICLO
RECOMENDAÇÃO - ENCERRAMENTO DAS ESCOLAS DO 1.9
do art.º 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal
Terminadas as intervenções dos Senhores Deputados foi posta a votação a Recomendação apresentada, de acordo com o disposto no n.º 5
Ministros n.º 44/2010, estas devessem ser agregadas"
funcionamento, ainda que ao abrigo da Resolução do Conselho de
funcionamento as escolas em questão, com uma autorização excecional de
em que não foi possível garantir essas condições, foram mantidas em
Comunicado de Imprensa do Ministério da Educação e Ciência. "Nos casos
Celorico Gare, pelo que, apelamos que se cumpra o referido no
o encerramento das escolas não se aplicam às escolas do Fornotelheiro e
Pelo exposto, facilmente se conclui que, os princípios que nortearam
são do período do Estado Novo
e) Não se podem rentabilizar outros estabelecimentos de ensino, uma vez que os Centros Escolares não existem e as escolas existentes
promoção do sucesso escolar;
favoráveis e de qualidade superior, de forma a permitir e assegurar a
educativos de qualidade, não os integra em contextos educativos mais
d) A escola de acolhimento não garante aos alunos espaços
c) A escola de acolhimento tem piores condições, físicas e logísticas;
formativa não é mais diversificada;
biblioteca, os recintos são inapropriados para a atividade física e a oferta
b) Os alunos não terão acesso a recursos mais variados, não têm

<u>ORDEM DO DIA</u>
A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia propôs que fosse
incluído na Ordem de Trabalhos o seguinte ponto:
SUSPENSÃO DO MANDATO DO SENHOR DEPUTADO CARLOS
ALBERTO FARIA DE ALMEIDA
A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a
inclusão do ponto "Suspensão do Mandato do Senhor Deputado
Carlos Alberto Faria de Almeida", na ordem de trabalhos
Passando a Ordem de Trabalhos a ser a seguinte:
1. Aprovação da ata da Sessão Ordinária do dia 30/4/2014;
2. Resumo do Expediente para conhecimento da Assembleia;
3. Informação escrita do Ex.mo Senhor Presidente da Câmara
Municipal sobre a atividade municipal, bem como, a situação
financeira do Município;
4. Revisão do PDM - nomeação de um representante para
integrar a Comissão de Acompanhamento;
5. Prestação de Contas Consolidadas de 2013;
6. Aprovação da 1.ª alteração ao Regulamento Municipal de
Toponímia e Números de Polícia do Concelho de Celorico da Beira;
7. Doação de Viatura;
8. Suspensão do mandato do Senhor Deputado Carlos Alberto
Faria de Almeida
1. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA
30/4/2014
Foi presente a ata n.º 2, referente à sessão ordinária do dia
30/4/2014, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros,
para retificação e posterior aprovação

Dispensada a sua leitura e não havendo alterações, foi a mesi	 ma
aprovada por maioria, com 6 abstenções	
2. RESUMO DO EXPEDIENTE PARA CONHECIMENTO I	 DA
ASSEMBLEIA	
FALTAS INJUSTIFICADAS - SESSÃO ORDINÁRIA DE 30/4/2014	<u> </u>
António Carlos do Nascimento Marques;	
Bruno Alexandre Castro de Almeida, Presidente da Junta	de
Freguesia de Fornotelheiro;	
Marco Paulo Andrade Rodrigues, Presidente da Junta da União	de
Freguesias de Açores e Velosa	
<u>EXPEDIENTE</u>	
A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia deu conhecimen	nto
do expediente da Assembleia Municipal, documento cuja cópia se anexa	з а
esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquiva	ıdo
em pasta respeitante a esta reunião, que se encontra na secção de apo	oio
aos órgãos municipais, para quem pretenda consultar	
3. <u>INFORMAÇÃO ESCRITA DO EX.MO SENHOR PRESIDENTE I</u>	 DA
CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL, BEM COM	<u>IO,</u>
A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO	
Nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei	n.º
75/2013, de 12/9, o Senhor Vice-Presidente da Câmara deu conheciment	nto
por escrito da atividade do Executivo, documento que se anexa a esta a	ıta,
considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pas	sta
respeitante a esta reunião	
O Senhor Vice-Presidente da Câmara disse que o documer	
distribuído continha toda a informação sobre a atividade municipal, desde	

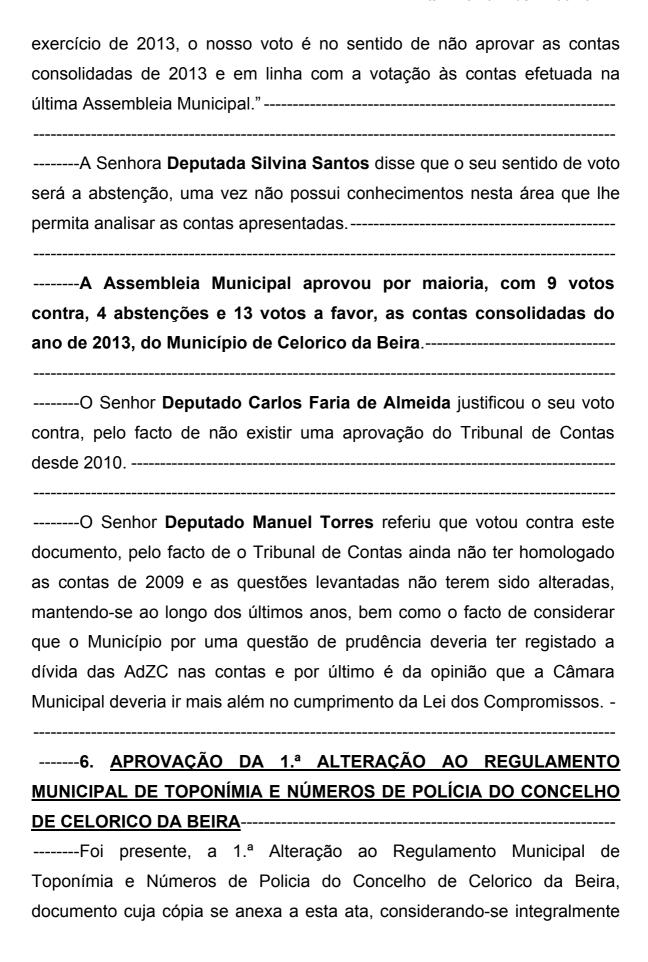
última Assembleia Municipal, pelo que se colocava à disposição dos
Senhores Deputados caso pretendessem algum esclarecimento
Não havendo questões a colocar, deu a palavra ao Responsável pela
Secção de Contabilidade, Dr. José Tavares, para fazer a apresentação da
situação financeira, bem como, prestar os esclarecimentos necessários
No uso da palavra o Dr. José Tavares começou por dizer que a
situação financeira do Município é delicada, encontrando-se dependente do
reequilíbrio financeiro, que ainda se encontra para homologação do Tribunal
de Contas, que tem vindo a solicitar esclarecimentos, no entanto o
Município tem conseguido liquidar as dívidas recentes. A dívida a terceiros
diminuiu, mas como é do conhecimento geral a dívida às ADZC impede
uma maior redução, no entanto é de realçar que a situação de descoberto
bancário deixou de existir
A situação do Município obriga a uma análise cuidada das despesas
a assumir quer correntes, quer de capital, porque existem grandes
restrições orçamentais, o que obriga uma definição criteriosa das
prioridades
O Senhor Deputado Manuel Torres questionou se, caso o Município
não cumpra os 10% de limite de endividamento, será alvo de sanções
O Dr. José Tavares disse que até ao momento o Município não foi
alvo de qualquer sanção, mas que de facto podem ser aplicadas, através de
retenções de fundos e responsabilização financeira
4. REVISÃO DO PDM - NOMEAÇÃO DE UM REPRESENTANTE
PARA INTEGRAR A COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO
A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia informou que foi
solicitado pela CCDR, a designação de um novo representante da

Assembleia Municipal, na Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM, de Celorico da Beira
O Senhor Deputado Flávio Sá , em nome da bancada do PS,
apresentou uma lista, designada por Lista A, propondo os seguintes elementos:
Lista A:
<u>Efetivo</u> : Filipe Miguel Rosa Guerra;
Suplente: André Diogo de Jesus Correia, Presidente da Junta de Freguesia de Maçal do Chão
A Bancada da Coligação PPD-PSD/CDS-PP apresentou uma lista,
designada por Lista B, propondo os seguintes elementos:
Lista B:
<u>Efetivo</u> : Joaquim Lopes de Abreu;
Suplente: Paulo Jorge Pinto da Silva Patrocínio
Seguidamente, de acordo com a Lei, procedeu-se por escrutínio secreto à eleição do respetivo representante, tendo-se verificado os
seguintes resultados:
Lista A : 15 votos a favor
Lista B : 12 votos a favor
Face aos resultados atrás referidos, a Senhora Presidente da Mesa
da Assembleia, deu conhecimento de que foi eleita a Lista A, composta
pelos seguintes elementos:
Lista A:
<u>Efetivo</u> : Filipe Miguel Rosa Guerra;
Suplente: André Diogo de Jesus Correia, Presidente da Junta de
Freguesia de Maçal do Chão



aumento face ao anterior, reflexo das contas individuais já analisadas e
aprovadas em abril
Referiu que a situação financeira do grupo revela grandes
dificuldades, refletidas na situação de desequilíbrio financeiro do Município
e que o recurso ao PAEL prevê o reequilíbrio das contas do grupo, estando
1.300.000€ previstos para a EMCEL
Esclareceu que as dívidas já foram analisadas nas contas individuais
e que as contas consolidadas espelham os valores globais do grupo
municipal
Sobre o assunto, o Senhor Deputado João Paulo Antunes fez a
seguinte intervenção, que se transcreve:
"Analisámos as várias peças contabilísticas apresentadas pelo
Município de Celorico da Beira, relativas a 2013, nomeadamente o Balanço,
Demonstração de Resultados e Certificação Legal de Contas e Relatório
elaborado pela Sociedade Externa que procede à certificação
No seguimento da análise efetuada, deixamos em forma de resumo,
alguma informação relevante, algumas preocupações e algumas
considerações
Alguma informação relevante:
A dívida total do Município em 31 de dezembro de 2013 era de
26.645.442,34 euros, dos quais 21.891.842,61 euros são Passivo da
Câmara Municipal, 3.200.000,00 euros são compromissos assumidos pelo
Município e não faturados (informação recolhida no Relatório do Sr. Revisor
Oficial de Contas) e 1.553.599,73 euros é a dívida da Empresa Municipal
Celoricense
Foram pagos, durante 2013, juros no montante total de 823.811,91
euros. A Câmara pagou 718.939,70 euros e a Empresa Municipal
104.872,21 euros

A receita total do Municipio foi de 9.226.494,14 euros. Deste valor
25% são receita própria cobrada pelo Município e 75% são transferências e
subsídios efetuados pela Administração Central
Em setembro de 2013 votaram no concelho de Celorico da Beira
5.618 cidadãos
Preocupações:
A dívida do Município era, em 31 de dezembro de 2013, 4.743 euros,
por votante;
Os juros pagos em 2013 representam 8,9% de toda a receita do
Município;
Os encargos com pessoal foram 3.389.984,47 euros, 37% da receita
total
Como foi possível chegar a esta situação económica?
Considerações:
O Município está numa situação económico-financeira muito
preocupante. Numa situação de profundo desequilíbrio financeiro estrutural,
que levou a que o Executivo tivesse solicitado ajuda externa. A ajuda
externa solicitada, através do Programa de Reequilíbrio Financeiro (PAEL),
aguarda visto no Tribunal de Contas
Lembramos que o Programa de Reequilíbrio Financeiro, que aguarda
aprovação, não extingue a dívida, apenas a reestrutura, para ser paga
durante os próximos 20 anos. Hipotecando o desenvolvimento do Concelho.
Diz o Sr. Presidente da Câmara que o atraso na obtenção do visto do
Tribunal de Contas está a deixar o Município em situação muito complicada.
Recordamos que a situação de grave endividamento não é culpa do
Tribunal de Contas, mas de uma gestão danosa, efetuada por vários
Executivos, desde que o PSD deixou de ser poder neste Concelho.
Recordamos que este Executivo não é isento de culpas, pois está no poder
vai fazer 10 anos
Pelo exposto e porque o Sr. Revisor Oficial de Contas, levanta
Reservas e levanta ênfases na Certificação Legal de Contas efetuada ao



reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião, para apreciação e aprovação
Nos termos da alínea g), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a 1.ª Alteração ao Regulamento Municipal de Toponímia e Números de Policia do Concelho de Celorico da Beira
Pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia foi presente uma
proposta, aprovada em reunião de Câmara do dia 18/6/2014, referente à
doação a custo zero, de uma viatura que se encontra inoperacional, ao Agrupamento de Escolas de Celorico da Beira
proposta apresentada pela Câmara Municipal
CARLOS ALBERTO FARIA DE ALMEIDA
Foi presente requerimento do Senhor Deputado Carlos Alberto Faria de Almeida, solicitando a suspensão do mandato por um ano,
fundamentando esse pedido em razões pessoais
A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, e após análise do pedido apresentado, aceitar a suspensão do Senhor Deputado Carlos Alberto Faria de Almeida, por um ano
O Senhor Deputado Manuel Torres em nome da bancada da coligação PPD-PSD/CDS-PP agradeceu o companheirismo e os préstimos

<u>DELIBERAÇÕES</u>
Os textos das deliberações constantes desta ata foram aprovados em
minuta para efeitos de eficácia imediata
<u>INTERVENÇÃO DO PÚBLICO</u>
Nos termos do n.º 1, do art.º 21.º, do Regimento da Assembleia
Municipal de Celorico da Beira, procedeu-se à abertura de um período de
tempo para "Intervenção do Público"
O munícipe Senhor Alexandrino Faria questionou o Executivo sobre a
situação miserável em que se encontra a estrada de Prados-Videmonte e
se existia algum programa para dinamizar a Pista de Pesca da Ratoeira
O Senhor Vice-Presidente informou que essa estrada irá ser alvo de
intervenção a curto prazo, mediante um acordo entre a Câmara Municipal e
a entidade que gere o parque eólico
Nos termos regimentais, o Senhor Vereador Manuel Portuga l
solicitou a palavra para se pronunciar sobre o encerramento das escolas no concelho.
Começou por dizer que se congratula, por conjuntamente, com c
Executivo terem conseguido ao longo dos últimos anos, lutar contra a
enxurrada do encerramento das escolas. Relativamente ao Despacho do
Senhor Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar de 23
de junho de 2014, onde comunica que as escolas EB Açores, EB Cortiçô da
Serra, EB Ratoeira, EB Estação e EB Fornotelheiro, não funcionarão no ano
letivo 2014/15, tendo o seu encerramento a 1 de setembro de 2014. Com
base na exposição enviada para os serviços do Ministério da Educação,
constituiu este, grupo turma na Escola da Mesquitela mais Cortiçô, ficando
por resolver a situação da Escola do Fornotelheiro. Com base na nota de

imprensa, enviada pelo governo para os órgãos de comunicação social, onde se encontravam elencados os princípios que nortearam a definição da rede do 1.º ciclo, foi enviada uma exposição que fundamentava que os critérios que levaram ao encerramento de escolas não se aplicam à realidade de Celorico da Beira, solicitando assim, que fosse reapreciada a rede e se formasse um grupo turma composto por 19 alunos (Fornotelheiro mais Estação), na Escola EB do Fornotelheiro, à qual aquardam resposta. -------Salientou que não irá dar este assunto como encerrado e que tudo fará para que pelo menos a escola de Fornotelheiro não seja encerrada. No entanto, considera que este problema será recorrente, porque, não encerra este ano irá encerrar para o ano. Trata-se de uma questão de fundo, e a verdade é que não existem crianças suficientes para manter as escolas a funcionar.----------Questionou o que se tem feito, quer ao nível do governo local e central, para contrariar esta problemática. Infelizmente as políticas do governo não favorecem o Interior e os políticos locais, continuam a achar que, o importante, são as obras, ao invés de promoverem políticas de crescimento e desenvolvimento sustentável, impulsionar iniciativas privadas que tragam postos de trabalho. Só com a criação de condições para a fixação de empresas que promovam o emprego, poderão crescer e criar melhores condições de vida aos munícipes. Frisou que, enquanto assim for, será muito difícil contrariar estas e outras medidas, de encerramento de serviços públicos, porque para a tutela os serviços regem-se por números (utentes e outros), sejam eles de alunos, de utentes do SAP, de processos no Tribunal. ----------Concluiu dizendo que, as políticas de crescimento e desenvolvimento não se fazem em quatro anos, fazem-se em vinte e se o concelho continuar nesta trajetória, num futuro muito próximo, terão um grave problema. O país, a região e este concelho, tornar-se-á num lar de idosos, sem perspetivas de futuro "uma morte lenta". -----

	itar, a
sessão foi dada por encerrada pela Senhora Presidente da Mes	sa da
Assembleia, eram 00:20h, da qual se lavrou a presente ata que v	ai se
assinada pelos membros da Mesa da Assembleia	